

AULA 1

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DA UNIDADE CURRICULAR

1. Caraterização da cadeira

- Tema: “A evolução do conceito estratégico nacional da fundação à atualidade”.

- Complexidade do tema:
 - Vastidão (mais de 8 séculos da existência de Portugal);
 - Insuficiência documental sobre as conceções estratégicas dos responsáveis nacionais;
 - Carência de uma postura estratégica mental na análise à história;
 - O conceito de estratégia total é recente e até ao século XIX a ação estratégica coincidia com a estratégia militar, o que dificulta a identificação das outras formas de coação empregues.

- Periodização:
 - Formação de Portugal (1096-1297);
 - Consolidação e afirmação (1297 – 1411);
 - Expansão (1411 – 1542);
 - Retração do império e síncope nacional (1542 – 1640);
 - Restauração (1640 – 1777);
 - Fim do antigo regime (1777 – 1822);
 - Opção africana (1822 – 1974);
 - Opção euro-atlântica (1974 – atualidade).

- Metodologia seguida:
 - Análise dos factos que os historiadores investigaram;
 - Dedução das ideias estratégicas que estiveram na origem desses factos;
 - Assim, partimos dos factos para a conceção, o que tem riscos:
 - Não conseguiremos distinguir o que foi obra do acaso daquilo que foi obra da conceção estratégica nacional;
 - Teremos de lidar com a subjetividade induzida pelo historiador;
 - Seremos afetados pelo tempo decorrido entre os factos e a atualidade.
 - De modo a deduzirmos um conceito estratégico nacional, em cada período procuramos identificar:
 - Ameaças;
 - Atores;
 - Comportamentos;
 - Meios;
 - Objetivos.
 - Estruturação da análise:
 - Caracterização da situação político-estratégica internacional para identificar:
 - Os grandes objetivos políticos dos principais atores;
 - Os parâmetros da política internacional que condicionaram a ação estratégica nacional.
 - Caracterização da evolução tecnológica para avaliar:
 - A sua influência nos instrumentos de coação (particularmente no militar);
 - As suas repercussões na formulação da estratégia militar (o foco na vertente militar deve-se à relevância que este vetor estratégico teve na formação e consolidação de Portugal).
 - Caracterização dos pontos nodais nos domínios económico, político, militar e psicológico;

- Dedução dos objetivos estratégicos básicos para, a partir deles, identificar um conceito estratégico nacional.

**Isto é o método de planeamento da ação estratégica invertido para aplicação à história.
É ver a história pelos olhos do estrategista**

2. Objeto dos Estudos Estratégicos

- Definição de estratégia:
 - Ciência e arte;
 - Disciplinas:
 - Edificar;
 - Estruturar;
 - Empregar.
 - Fatores de decisão:
 - Meios de coação;
 - Meio;
 - Tempo;
 - Objetivos divergentes;
 - Contrários.
- Desta forma, a estratégia exprime:
 - Conjunto de ações pelas quais se procura
 - A partir de uma situação inicial
 - Chegar a uma a situação final desejada
 - Num ambiente onde há confronto de vontades
 - Tendo em conta fatores favoráveis e adversos, visando o potencial estratégico.

- Esta definição tem sido profusamente adotada e aplicada no mundo civil empresarial, onde o confronto de vontades é a competição e a concorrência.
- Desta forma os estudos estratégicos são aqueles que se destinam a determinar as melhores estratégias para que as empresas / organizações atinjam os seus objetivos.
- Assim, os esforços de competição/concorrência das empresas/organizações são semelhantes aos esforços de oposição/contrariedade ou conflito/hostilidade entre Estados.
- Os Estudos Estratégicos têm por objeto o estudo do emprego dos meios de coação:
 - Das empresas/organizações para propósitos determinados pelos seus gestores;
 - Do Estado, para propósitos determinados pelos governantes.
- Para a realização dos estudos estratégicos concorrem, quer diversas ciências sociais e exatas, nas suas vertentes teórica e aplicada, quer o estudo da dinâmica política, sendo por isso interdisciplinares.
- Os estudos estratégicos visam:
 - Entender;
 - Analisar;
 - Explicar:
 - O agregado do conhecimento e das conjunturas humanas sobre as disputas;
 - A evolução das motivações e dos meios de disputas, potenciais ou concretos.
- Dos Estudos Estratégicos resultam:
 - Teorias que estabelecem um conjunto lógico ou sistema de proposições:
 - Sustentáveis ou plausíveis;
 - Com validação e aceitação contextualizadas;

- Que refletem a dinâmica interativa entre as disputas e as sociedades onde estas têm lugar.

3. A História nos Estudos Estratégicos

- Aspectos a considerar sobre a utilização da História nos Estudos Estratégicos:
 - Poder mítico das versões dos factos históricos:
 - Os mitos resultam da reconstrução deliberada dos eventos tendo em vista produzir um efeito motivacional ou identitário nos leitores:
 - Histórias da História em que todos foram corajosos;
 - Os planos foram seguidos à risca;
 - A intenção do comandante foi cumprida de forma deliberada e racional;
 - Ninguém teve medo e todos morreram com bravura.
 - Utilidade destas narrativas:
 - Fomentar o espírito de corpo;
 - Motivar as gerações futuras;
 - Alimentar a alma nacional pelo patriotismo.
 - Risco destas narrativas:
 - Tornam-se na versão oficial dos factos;
 - Encobrem a realidade caótica, aterrorizante e letal da guerra;
 - Abalam a autoestima dos jovens quando confrontados com a realidade;
 - Não preparam para lidar com:
 - Medo;
 - Perfídia;
 - Egoísmo;
 - Covardia.
 - O que provocam os mitos:
 - Desconhecimento da realidade da guerra e dos assuntos militares;
 - Levam a tomar as fábulas pela realidade;

- Fazem deslocar a fábula da sua função original e edificá-la em História.

- Consequências deste procedimento:
 - Induzem uma falsa realidade como base das reflexões;
 - Deturpam doutrinas e condutas militares.

- Utilidade da história que não é narrativa mitológica:
 - A história militar científica é a base das nossas perceções do presente e instrui a nossa reflexão sobre o futuro;
 - Aspetos a considerar:
 - A História como educação pessoal:
 - Evidencia a sua importância para construir um conhecimento da sociedade e da vida humana;
 - Relembra que devemos encontrar tempo na nossa vida e carreira para estudar história, pois ela é o campo onde se exercita o raciocínio que os Estudos Estratégicos exigem;
 - Realça a importância da inclusão da História na formação militar e na formação para os Estudos Estratégicos.
 - A similaridade entre as guerras:
 - Evidencia que as guerras têm mais de comum entre si do que qualquer outra atividade humana;
 - O elemento central da guerra, que é o combate, não se modificou ao longo da história;
 - Devemos estudar as guerras passadas para especular sobre as futuras.

Daqui resulta a essencialidade da História nos Estudos Estratégicos

- Tratamento adequado da história pelo estrategista:
 - O estudo da história deve ser:
 - Abrangente:
 - Observar todas as possibilidades e variações das formas de combate ao longo da história;
 - Permitir perceber as mudanças e as continuidades.
 - Profundo:
 - Estudar e analisar detalhadamente as campanhas históricas, indo além dos registos historiográficos, de forma a incluir elementos pessoais e circunstanciais que conferem unicidade e humanidade à campanha.
 - Contextualizado:
 - Procurar, de forma deliberada e consciente, o relacionamento das campanhas com a envolvente histórica pertinente;
 - A história não serve para dar lições prontas ou receitas para resolver problemas estratégicos concretos e presentes;
 - A história ilumina o entendimento da realidade, das circunstâncias e dos relacionamentos ligados aos Estudos Estratégicos. Desta forma, os Estudos Estratégicos observam a realidade histórica:
 - Segundo diversos pontos de vista;
 - Procurando recortar factos e eventos por ela apresentados;
 - Tendo em vista explicar, modelar ou analisar a guerra.
 - Para isso são usadas diversas ferramentas quantitativas:
 - Análise por métodos quantitativos:
 - Equações diferenciais de Lanchester usadas na quantificação do combate.
 - Investigação operacional.
 - Porém, não nos devemos esquecer que as ferramentas jamais suplantam a perspetiva interdisciplinar qualitativa, essencial aos Estudos Estratégicos.

- As ferramentas quantitativas e qualitativas nos Estudos Estratégicos destinam-se a:
 - Extrair, dos eventos históricos, informação e perceções com capacidade de instruir o processo analítico;
 - Ampliar a gama de conhecimentos disponíveis para análise e compreensão do fenómeno bélico.

AULA 2
FORMAÇÃO DE PORTUGAL
1096-1297
AMBIENTE EXTERNO E TECNOLÓGICO

1. **Delimitação e características do período em análise**

– Delimitação:

- 1096: ano em que Afonso VI de Leão entregou a D. Henrique, a título hereditário, o governo do Condado Portucalense e do Condado de Coimbra, assim como a mão de D. Teresa, sua filha ilegítima.
- 1297: ano em que foi celebrado o Tratado de Alcanizes que estabelece a fronteira portuguesa (assinado entre D. Dinis (1279-1325) de Portugal e Fernando IV (1285-1312) de Leão e Castela, a 12 de setembro de 1297).

– Características:

- O grande objetivo nacional foi a individualização de Portugal como reino soberano;
- A ação estratégica resultou na formação de uma entidade viável e politicamente independente.

2. **Ambiente externo**

– No início do século XI o mundo estava dividido em duas grandes civilizações, nomeadamente a muçulmana e a cristã:

- **A civilização muçulmana:**
 - Ocupava a maior parte da Península Ibérica, o Norte de África e o Próximo e Médio Oriente, até à Ásia Central;
 - A capital do império estava localizada em Bagdade;

- Na Península Ibérica dominava o califado de Córdoba que, desde 929, deixara de obedecer ao califa de Bagdade;
 - Desde o século VIII que as dissidências e tendências autonomistas afetavam a autoridade de Bagdade no império muçulmano;
 - A partir do século XI o califado abássida (de Bagdade) já se encontrava numa crise profunda e só exercia uma autoridade teórica, essencialmente de cariz religioso;
 - O império desagregava-se em pequenos reinos independentes;
 - Em 1055, com a implosão do Império Chinês, os Turcos Seljúcidas (originários do Turquistão) conquistaram Bagdade e, em ações subsequentes, a Ásia Menor e o Império do Oriente;
 - Em 1078 apoderaram-se de Jerusalém, dificultando ainda mais as peregrinações à Terra Santa (facto que esteve na origem da 1.ª Cruzada);
 - À medida que avançaram sobre o império muçulmano, os turcos islamizaram-se e barbarizaram o império;
 - O império muçulmano entra em crise profunda;
 - Na Península Ibérica o califado de Córdoba desfaz-se, dando origem à proliferação dos Reinos das “Taifas”;
 - A decadência dos califados de Bagdade e de Córdoba marcaram uma época de retrocesso e de pulverização do poder, que facilitaria a reconquista cristã para Sul, que está em processo de concentração de poder.
- A civilização cristã:
 - Ocupava o continente europeu, com exceção de grande parte da Península Ibérica;
 - Na Europa Ocidental, no final do século X, o regime feudal estava estabelecido;
 - Entre os séculos XI e XII verificou-se uma fragmentação do exercício do poder, desagregado numa multitude de células políticas detentoras de poder público;

- Para os senhores feudais, os reis não eram mais do que um senhor eleito;
- Só o clero e o povo continuavam a apoiar o rei, razão pela qual foi nestas duas classes sociais que os reis se apoiaram na luta contra os senhores feudais, para alcançarem a unidade política dos reinos;
- Utilizando a habilidade política e a força a realeza conseguia, progressivamente, reconstruir o polo de poder, e adquirir no interior do reino o prestígio e a força que, no fim do século XI, já detinha no exterior – centralização monárquica;
- A consolidação das relações feudais levou à formação de sociedades mais vigorosas e com tendência para a expansão, um certo imperialismo feudal;
- É neste quadro que deve ser entendido o fenómeno das cruzadas e os avanços dos reinos cristãos no al-Andalus;
- As cruzadas foram um fenómeno essencial da história política dos séculos XI e XII (Portugal viria a beneficiar da sua realização), mas tendo sido malsucedidas, os reis começaram a voltar-se para outras empresas;
- Começaram a desenhar-se os territórios nacionais e os povos começaram a sentir a sensação das fronteiras;
- O século XIII europeu foi marcado pela consolidação da monarquia francesa, pela atomização do império germânico em múltiplos principados feudais e pelo início de um violento conflito entre a monarquia e a nobreza nos reinos hispânicos;
- Num contexto em que muitos Estados europeus soçobravam não atingindo a maioria, sendo desmembrados ou absorvidos por outros mais poderosos, Portugal vai afirmar a sua independência e avançar para Sul.

3. Ambiente tecnológico

- Até ao século XI predomina a arma branca.
- Por volta do século XI surgem as únicas inovações tecnológicas importantes:
 - A alabarda:

- Arma com 2 a 2,5 metros de comprimento com ponta aguçada em ferro e 30 cm de machado;
- A parte curva permitia ao peão desmontar o cavaleiro, reduzindo a sua capacidade.



- A besta:
 - Mais eficaz a maiores distâncias que o arco longo ou galês;
 - Materializava o reaparecimento do poder de fogo.



- No que respeita aos elementos essenciais do combate, na época, os mesmos eram assegurados da seguinte forma:
 - Choque, pela espada e lança;
 - Fogo, pelos arqueiros e, mais tarde, pelos besteiros;
 - Movimento, pela cavalaria;
 - Proteção, pelas armaduras, escudos e muralhas dos castelos;
 - Comando e ligação, pelos pendões, sinais e voz.

- Os combates consistiam, fundamentalmente, em:
 - Recontros entre falanges de cavaleiros onde prevalecia o choque;
 - A unidade tática era a lança e a formação para a batalha era a falange montada;
 - A hoste (do rei ou senhores feudais) incluía:
 - Cavaleiros próprios e dos vassallos;
 - Servos a pé (a peonagem), que constituíam as unidades de lanças. Possuíam pouco valor combatente. Destinavam-se à pilhagem e ao saque e estão ao serviço dos seus senhores, os cavaleiros.
 - Este sistema refletia as características socioeconómicas do feudalismo, em que só as pessoas ricas, a classe nobre, podiam ter cavalo e armadura. Era a guerra colocada num plano aristocrático;
 - Neste contexto, a infantaria tinha pouca expressão e só passaria a ganhar relevo com a entrada em declínio da cavalaria de choque, que era até então a principal unidade de combate;
 - Porém, na Batalha de Hastings, em 1066, a besta aparece pela primeira vez na Europa e tem um carácter decisivo:
 - O choque no combate deixa de predominar;
 - O poder do fogo, no sentido de combate à distância, passa a impor-se;
 - A besta é um bom exemplo dos efeitos que a tecnologia tem nas táticas de guerra.
 - Mudança tecnológica da besta e relevância do poder do fogo implicam necessidade de mais homens para combater. A guerra deixa de ser o choque entre nobres cavaleiros;
 - É nesta época que surgem os soldados, homens com soldo (pagos para combater) que são integrados nos exércitos do rei;
 - Estes soldados combatiam por dinheiro, alugando os seus serviços a quem melhor pagasse;

- A utilização destes soldados tornou-se essencial em todas as guerras que não eram puramente locais, facto que conduziria ao “sistema dos Condottieri”, já em vigor no século XIII;
- Este sistema opunha-se frontalmente à ordem militar feudal dos cavaleiros com os seus peões, porquanto assentava em soldados profissionais que alugavam os seus serviços a quem pagasse melhor.

FORMAÇÃO DE PORTUGAL

1096-1297

ESTRATÉGIAS GERAIS, OBJETIVOS POLÍTICOS E CONCEITO ESTRATÉGICO

Vamos analisar as complexidades das estratégias:

- Política;
- Militar;
- Económica;
- Cultural.

1. Estratégia Política (Externa e Interna)

No período em análise a estratégia política foi marcada por uma vasta gama de iniciativas, as quais compreenderam casamentos régios na Península e no Norte da Europa, bem como uma grande variedade de alianças, tratados e esforços com vista ao reconhecimento de Roma. No entanto, neste período de formação de Portugal, destaca-se, sobretudo, a forma como as estratégias política e militar se complementaram.

a. 1.ª Fase (1128)

- Tem lugar com a constituição de entidade política que reuniu os antigos condados de Portucale e de Coimbra, da qual ficou excluída a Galiza a partir de 1128;
- D. Afonso Henriques assume o Governo;
- A **política externa** é orientada para um distanciamento prudente face ao reino de Leão e uma aproximação à Santa Sé, apoiada na resistência à ofensiva almorávida;
- Na **política interna**, assume especial relevância, em termos estratégicos, a decisão de D. Afonso Henriques mudar a capital do condado de Guimarães para Coimbra (1131), ficando liberto dos nobres de entre Douro e Minho, estabelecendo uma

relação direta com os concelhos (que lhe proporcionavam as tropas) e ligando-se aos cavaleiros vilãos, grupo social em que passaria a apoiar-se.

b. 2.ª Fase (1137)

- D. Afonso Henriques está entre duas ameaças:
 - A leonesa, na fronteira galega;
 - A muçulmana, na fronteira sul.
- Na impossibilidade de dividir a hoste real, que diluiria a força militar e impediria o sucesso em qualquer das frentes, recorre, também, ao vetor diplomático. A opção estratégica adotada consistiu em:
 - Garantir a segurança estratégica a norte, pelo que D. Afonso Henriques firma com Afonso VII, de Leão, a Paz de Tuy (1137), que lhe garante uma pausa estratégica a norte e viabiliza a orientação do esforço para sul, em defesa desta fronteira;
 - Atuar decisivamente a sul, alcançando a vitória de Ourique (em 28 de julho de 1139), que reforça a aspiração de D. Afonso Henriques à dignidade régia;
 - De realçar que o compromisso com Afonso VII, de Leão, obriga D. Afonso Henriques a reconhecer-lhe obediência.

c. 3.ª Fase (1143)

- Em 1143, pelo **Tratado de Zamora**, D. Afonso Henriques consegue concretizar aquilo que era o seu objetivo deste que, em 1128, tomou as rédeas do Governo: a independência de Portugal;
- Afonso VII de Leão reconheceu Portugal, ainda que a Santa Sé não tivesse reconhecido a nova unidade política, por temer o enfraquecimento da cristandade na Península Ibérica;
- D. João Peculiar, Bispo de Braga, foi essencial nas conversações com Roma;

- A Santa Sé só reconheceu a nova unidade política em 1179, pela bula “Manifestis Probatum”, do Papa Alexandre III;
- Outro aspeto a destacar na estratégia definida foi a constante da procura do auxílio dos cruzados, em apoio da estratégia militar concebida;
- Os bispos foram os diplomatas encarregados da manobra diplomática, que convenceram os chefes dos cruzados que o combate contra os infiéis na Península Ibérica era tão santo como libertar o Santo Sepulcro;
- Como recompensa, Portugal oferecia o saque das cidades capturadas;
- Foi com o auxílio dos cruzados que:
 - D. Afonso Henriques conquistou Lisboa, em 1147, após quatro meses de cerco;
 - D. Sancho I conquistou Alvor e Silves, em 1189, após seis semanas de cerco, cidades muito mais ricas que Lisboa;
 - D. Afonso II conquistou Alcáçar do Sal, em 1217.
- Fixada a fronteira sul no reinado de D. Afonso III, ao atingir o Algarve, foi D. Dinis quem estabeleceu uma linha fronteira estável e defensável, ao longo de obstáculos naturais, criando uma entidade territorial viável e politicamente independente;
- A fronteira definitiva seria reconhecida, em 1297, pelo Tratado de Alcanizes, assinado entre D. Dinis e D. Fernando de Leão e Castela;
- No domínio da estratégia política interna o esforço teve como objetivos essenciais:
 - A afirmação do poder real;
 - A centralização estatal.
- O processo de centralização estatal foi iniciado no reinado de D. Afonso II e fez com que a nobreza senhorial e clero vissem os seus poderes reduzidos progressivamente até ao reinado de D. Dinis, momento em que o processo foi consolidado.

2. Estratégia militar

- Foi o vetor estratégico decisivo no período compreendido entre 1096 e 1297, porque foram os sucessos militares que materializaram o reconhecimento de Portugal como unidade política soberana;
- Porém, como evidenciámos antes, a estratégia militar foi muito apoiada pela diplomacia;
- A estratégia militar desenvolvida não pode ser dissociada de quatro aspetos relevantes:
 - A coesão política (relacionada com divisão do império árabe em Reinos Taifas) e a alteração do potencial de combate entre cristãos e muçulmanos;
 - O facto de Portugal ser um “ponto de encontro” das Cruzadas do Ocidente e do Oriente;
 - Ser do interesse dos cruzados e dos comerciantes europeus, em geral, que Lisboa e os portos a sul revertissem para a posse dos cristãos;
 - A ação fundamental das ordens monástico-militares, sobretudo na conquista do Algarve e Alentejo (Cavaleiros de Santiago);
- Quanto ao período de D. Afonso Henriques, na manobra militar é de realçar:
 - A invasão, por quatro vezes, da Galiza, através de ações de curta duração e objetivos limitados:
 - Obter ganhos territoriais que servissem como moeda de troca para obter outras vantagens;
 - O objetivo era alcançar a independência de Leão.
 - Na época da Paz de Tuy (um imperativo estratégico) D. Afonso Henriques estava perante duas ameaças:
 - A norte (Leão) e a sul (árabes);
 - Esta última era mais perigosa, porque a queda de Leiria, posição estratégica de grande relevo e guarda avançada de Coimbra, colocava em risco e a região do Mondego;
 - Perante esta situação, D. Afonso Henriques optou por resolver o conflito a norte com uma manobra diplomática (Paz de Tuy) e concentrar a hoste real a sul para

reconquistar Leiria e consolidar a linha defensiva com mais dois castelos (Penela e Pombal).

- No entanto, esta linha defensiva não era natural, pelo que incursões islâmicas eram frequentes. Por isso, D. Afonso Henriques avança para sul, toma Santarém e, em 1147, Lisboa. Fronteira a sul é, agora, o Tejo, que garante razoáveis condições de defesa;
- Para demonstrar ao Papa a autonomia estratégica portuguesa e negar território ao rei de Leão, avança além do Tejo.
- D. Sancho I continua na mesma linha e, com o apoio dos cruzados, conquista Alvor e Silves. Fica Bispo de Silves um clérigo flamengo;
- Porém, em 1191, uma contraofensiva Almóada (liderada por Abu ben Yusuf) recoloca a fronteira no Tejo;
- Só após a fragmentação do Império Almóada nos terceiros Reinos Taifas é que se iniciou o avanço português para sul nos reinados de D. Sancho II e D. Afonso III, que conquista o Algarve em 1249;
- Atingida a fronteira sul e expulsos os mouros do território português, D. Dinis procede a ajustamentos de fronteira com Leão e Castela, primeiro por via militar e depois pelo Tratado de Alcanizes (1297).
- Ideias a reter da estratégia militar:
 - Utilização das ordens religiosas militares para conquistas a sul do Tejo, defesa das fronteiras e povoamento do território (Templários e Calatrava);
 - Importância estratégica da linha Coimbra – Santarém – Lisboa, que permite consolidar a nacionalidade;
 - Ações militares de curta duração, salientando-se as de objetivos limitados e as incursões em território inimigo, para além das operações de cerco;
 - Defesa assente numa rede de castelos que se apoiavam mutuamente;

- É D. Dinis que procede à reorganização Portugal como potência militar:
 - Ao mesmo tempo que assegurou a autoridade real, mandou restaurar e construir castelos (especialmente na fronteira);
 - Instituiu a milícia municipal dos besteiros do conto (tropa profissional remunerada);
 - Nacionalizou as ordens militares (a Ordem Militar de Cristo recebeu o património dos Templários, extintos por considerar que o seu carácter desnacionalizante era perigoso);
 - Redigiu o “Regimento de Guerra”, que se constitui como o primeiro regulamento do serviço de companhia;
 - Organizou a Marinha para defender as costas dos ataques da pirataria moura (01 Fev 1317).

3. Estratégia Económica

- A coação económica não teve grande expressão no período de 1096-1297;
- Porém, a estratégia económica não se resume ao emprego da coação e também tem como objetivo o fortalecimento do potencial económico para atenuar vulnerabilidades e viabilizar o esforço estratégico da formação de Portugal;
- Para isso foi necessário:
 - Aumentar a riqueza do reino;
 - Enfraquecer a riqueza dos contrários.
- Como foi feito:
 - Aumentar a riqueza:
 - Melhor organização do espaço:
 - Alcançado através de uma hábil política de povoamento, que contribui para o desenvolvimento económico, mas também para ocupar militarmente o território;

- O arquiteto dessa política foi D. Sancho I, “O Povoador”, que utilizou as cartas de foral como instrumento;
- As cartas de foral delimitavam as povoações, fixavam as regras de vida comunitária e fomentavam a economia.

Isto é a Estratégia Estrutural

- Desenvolvimento económico:
 - O atlantismo de Portugal e a sua independência política assentavam na economia de raiz marítima com a Bretanha, Inglaterra, Normandia e Flandres;
 - Em 1293 foi criada a bolsa marítima de seguros, para cobrir os prejuízos dos acidentes marítimos;
 - Portugal torna-se independente por um processo de transformação económica, passando de uma economia agrícola para uma economia comercial marítima, que se consolida no século XIII com D. Dinis;
 - Quando se fixam definitivamente as fronteiras está-se, também, a consolidar a rede mercantil com a Europa, a marinha mercante e a marinha de guerra. É um processo simultâneo.
- Enfraquecer a riqueza dos contrários:
 - Através de incursões e razia (e mesmo a atividade de corso) para diminuir a capacidade dos contrários e obter bens para sustentar a guerra e auxiliar o desenvolvimento.

4. Estratégia Cultural

- Em 1289:

- Abades e priores portugueses pedem ao Papa a introdução de um Estudo-Geral em Portugal:
 - Reter jovens no país;
 - Fomentar o pensamento estratégico nacional.

- O latim foi substituído pelo português nos processos e atos judiciais, pelo que todos passaram a entender os escritos.